

II - INTRODUÇÃO - MENSAGEM DO BASTONÁRIO ANTÓNIO MARINHO E PINTO

1 - O ano de 2011 ficou marcado pela transferência para o Governo do epicentro da contestação à actual direcção da OA. Se no primeiro mandato a contestação antidemocrática se tinha situado dentro da OA, com alguns apoios externos sobretudo na imprensa tablóide de Lisboa, após as eleições de 2010 e, sobretudo, dos resultados então verificados, pareceu que a oposição interna havia aceitado as regras da democracia. Mas não. Agora as movimentações são outras, mais subtis, mas igualmente perniciosas para o prestígio da OA e para a dignidade da Advocacia. Aqueles sectores que desde 2004 têm vindo a perder influência junto dos Advogados portugueses reagruparam-se em torno do ministério da justiça, de onde têm provindo os mais traiçoeiros e cobardes ataques contra a Ordem e contra a Advocacia portuguesa. Imputações infamantes aos Advogados (manobras dilatórias, litigiosidade artificial, atrasos injustificados, adiamentos de diligências), acusações de fraude no sistema de acesso ao direito (a esmagadora maioria delas sem qualquer fundamento como se veio a demonstrar na auditoria realizada ao sistema), a divulgação com carácter alarmista da quantias recebidas pela OA e pela CPAS provenientes das custas judiciais a fim de preparar a opinião pública para os cortes que já se tinham em vista e que agora se consumaram. Tudo tem servido para esta ministra da justiça tentar denegrir a imagem da Ordem e dos Advogados. Incapazes de atingir a pessoa do Bastonário vingam-se naqueles que ele representa, ou seja, a Ordem e os Advogados portugueses, sobretudo os seus sectores mais frágeis a quem designam depreciativamente como descamisados. Mas saberemos resistir de cabeça erguida, ou seja, com a dignidade. A Advocacia portuguesa é mais forte do que todos os seus inimigos juntos. Tal como em outros momentos da nossa história, ultrapassaremos as actuais adversidades com as armas da razão que nos assiste e do direito pelo qual sempre combatemos.

2 - No que diz respeito às contas de 2011 elas traduzem o esforço de contenção de despesas que nos propusemos desde o início, apesar de termos de fazer face a algumas despesas extraordinárias como a realização do VII Congresso dos Advogados Portugueses. Pretendemos o equilíbrio financeiro da Ordem dos Advogados, sem prejuízo da concretização das actividades programáticas ou dos benefícios que o CG proporciona a todos os advogados, nomeadamente o seguro de responsabilidade civil profissional gratuito, as bases de dados de legislação e jurisprudência, a biblioteca, cédulas profissionais gratuitas, a certificação digital, as plataformas informáticas, nomeadamente as que permitem aos Advogados praticarem os actos no âmbito do sistema de acesso ao direito.

Agora que o ministério da justiça anunciou a retirada à OA de cerca de 1.400.000,00 euros anuais provenientes das custas judiciais, o nosso desafio é continuar a fazer o mesmo, mas com menos esse dinheiro. Cortaremos em despesas não essenciais e racionalizaremos todos os custos, tendo em vista os novos constrangimentos financeiros, mas sem perda da nossa independência e da nossa dignidade. Não aumentaremos as quotizações, mas iremos

incrementar a cobrança das quotas em atraso, nomeadamente, através da atribuição dos benefícios gratuitos apenas aos Colegas que não tenham dívidas para com a OA.

Continuaremos em 2012 a linha de actuação em defesa da Advocacia e da cidadania e a nossa Ordem, apesar de todos os constrangimentos financeiros, continuará a ser um baluarte da defesa dos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos, denunciando e combatendo todas as violações desses direitos ou atentados contra o estado de direito.

O relatório que agora vos apresento é um documento técnico de prestação de contas, que foi objecto da certificação legalmente exigida, mas que traduz também as opções que foram assumidas e que se enquadram num combate, pela dignificação da actividade dos Advogados e pelo prestígio da Advocacia.